#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

#### **REQUERIMENTO Nº**, **DE 2025**

(DA SRA. CÉLIA XAKRIABÁ e SRA. ÉRIKA HILTON)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados para debater Políticas Integradas de Educação, Saúde e Direitos Humanos para a População Indígena LGBTQIA+.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados para debater Políticas Integradas de Educação, Saúde e Direitos Humanos para a População Indígena LGBTQIA+.

Para tanto, sugiro que sejam convidados para esta audiência representantes das seguintes entidades e órgãos governamentais:

- 1. Representante do Coletivo TYBYRA.
- 2. Representante do Coletivo Caboclas.
- 3. Representante do Instituto Ipakéy.
- 4. Representante da Juventude Indígena da Diversidade Guarani Kaiowá JUIND.
- 5. Representante do Coletivo Miriã Mahsã.
- Excelentíssima Ministra de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania Sra.
  Macaé Evaristo.
- 7. Excelentíssima Ministra de Estado dos Povos Indígenas Sra. Sônia Bone Guajajara.
- 8. Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação Sr. Camilo Santana.





- Excelentíssima Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas Sra.
  Joênia Wapichana.
- Excelentíssimo Secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde Sr. Weibe Tapeba.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A população indígena LGBTQIA+ enfrenta múltiplas vulnerabilidades decorrentes da intersecção entre identidade de gênero, orientação sexual e pertencimento étnico. No acesso à saúde, essa população lida com barreiras estruturais, como a ausência de políticas específicas dentro do Subsistema de Saúde Indígena, o que impacta o atendimento a demandas relacionadas à saúde mental, à hormonização e ao acolhimento de pessoas trans e não binárias. No campo da educação, a invisibilidade dessas vivências reforça a exclusão e a evasão escolar, pois currículos e materiais didáticos não contemplam suas realidades, de tal modo que frequentemente essas pessoas abandonam os estudos devido à falta de segurança e pertencimento no ambiente escolar.

A ausência de políticas públicas intersetoriais reforça a marginalização e a vulnerabilidade de indígenas LGBTQIA+ em diversas áreas. A garantia de direitos fundamentais, como acesso a programas sociais, proteção contra violência e reconhecimento jurídico de suas identidades, ainda encontra obstáculos na burocracia estatal e no preconceito institucional. Além disso, a falta de integração entre políticas voltadas para os povos indígenas e para a população LGBTQIA+ impede a construção de soluções eficazes para essas comunidades. É fundamental que sejam implementadas ações que garantam a proteção integral dessas pessoas, promovendo sua dignidade, cidadania e equidade no acesso a direitos.

Dessa forma, a realização da presente audiência pública é crucial para dar visibilidade a uma parcela da população historicamente marginalizada e para construir, em conjunto com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Federal, especialistas, lideranças indígenas e membros da sociedade civil organizada, estratégias eficazes para a superação das desigualdades e promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.





Diante do exposto, solicito o apoio dos demais membros da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, no sentido da aprovação do presente requerimento nos termos deste documento e da realização da referida atividade na semana dos dias 07 a 11 de abril de 2025, por ocasião da 21ª Edição do Acampamento Terra Livre, a ser realizado em Brasília-DF.

Sala das sessões, de agosto de 2025.

#### Érika Hilton

Deputada Federal PSOL/SP

#### Célia Xakriabá

Deputada Federal PSOL/MG





# Requerimento de Audiência Pública

## Deputado(s)

- 1 Dep. Célia Xakriabá (PSOL/MG) Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP)

